

VI ENEI Encontro Nacional de Economia Industrial

Indústria e pesquisa para inovação: novos desafios ao desenvolvimento sustentável

30 de maio a 3 de junho 2022

A Extensão Universitária como um caminho para a Inovação Social: análises a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ana Paula Klaumann*;
Ana Lúcia Tatsch**

Resumo: Inovações sociais são inovações que tentam dar respostas às necessidades e problemas sociais, expandindo os instrumentos e as capacidades para a participação dos agentes na construção de soluções, potencialmente partindo da interação e colaboração de diversos agentes, organizações e instituições. As universidades desempenham papéis ativos no contexto dessas inovações, na medida em que se engajam para cumprir a sua terceira missão, relacionando-se às demandas da sociedade. Este trabalho investiga como as universidades desempenham papéis no contexto dessas inovações, tendo como objeto de análise a extensão universitária na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aplicou-se um questionário focalizado em uma amostra das ações de extensão desenvolvidas na Universidade. As ações mapeadas contribuem para a formulação e operacionalização de inovações de caráter social, corroborando o entendimento de que universidades exercem importantes papéis nesse contexto. Contribuem, principalmente, para a provisão de recursos e de soluções para a comunidade envolvida no projeto.

Palavras-chave: Inovações sociais; Universidade-sociedade; Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Código JEL: O35; I23.

Área Temática: 7.1 Tecnologias e Inovações Sociais e Ambientais

University Extension as a path to Social Innovation: analysis from the Federal University of Rio Grande do Sul

Abstract: Social innovations are innovations that attempt to respond to social needs and problems, expanding the instruments and capacities for the participation of agents in the construction of solutions, potentially starting from the interaction and collaboration of several agents, organizations and institutions. Universities play active roles in the context of these innovations, as they engage to fulfill their third mission, relating to the demands of society. This work investigates how universities play roles in the context of these innovations, having as object of analysis the university extension at the Federal University of Rio Grande do Sul. A survey focused on a sample of extension actions developed at the University was applied. The actions mapped contribute to the formulation and implementation of innovations of a social nature, corroborating the understanding that universities play important roles in this context. They mainly contribute to the provision of resources and solutions for the community involved in the project.

Keywords: Social innovations; University-society; Federal University of Rio Grande do Sul.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: anaklaumann96@gmail.com

** Professora adjunta do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: analuciatatsch@gmail.com

1. Introdução

As discussões sobre o tema “inovações sociais” (IS) foram inauguradas em meados do século XIX e diversas foram as tentativas de conceituação (GODIN, 2012). As IS são entendidas, neste trabalho, como inovações que têm como finalidade atender necessidades humanas que não estão sendo plenamente satisfeitas pelos aparatos estatais e de mercado, inseridas em determinado contexto histórico e espacial. Elas emergem por meio da criação de novas relações institucionais, as quais têm o potencial para empoderar os agentes de determinada coletividade (MOULAERT; MACCALLUM, 2019; MULGAN *et al.*, 2007).

Para que essas inovações sejam colocadas em prática, aponta-se a necessidade que diversos agentes se comprometam (ZUCOLOTO; RESPONDOVESK, 2018). Dentre eles, podem estar as instituições de ensino superior, que, segundo Dorsa (2019), são importantes espaços para a emergência de discussões acerca dos problemas sociais. Quando inseridas em ecossistemas de inovação, as universidades possuem funções no que se refere ao desenvolvimento econômico e social (TORLIG; RESENDE JUNIOR, 2018).

Neste contexto, o presente trabalho examina os papéis que as universidades desempenham para levar a cabo inovações sociais. Para tanto, via *survey*, buscou-se compreender de que forma esse tema se insere na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A UFRGS é uma universidade pública de longa tradição e relevante ator no sistema de conhecimento e inovação brasileiro. Sua importância é também reconhecida pela posição que ocupa em rankings nacionais e internacionais¹.

A contribuição deste trabalho está em tratar dois importantes temas ainda pouco explorados na literatura: as inovações de caráter social e a interação universidades-sociedade. Ao trazê-los para o debate amplia-se a discussão para além do que é costumaz investigar-se no campo da economia, as inovações tecnológicas e a interação universidade-empresa. Sobretudo em países em desenvolvimento, torna-se pertinente analisar inovações de caráter amplo, com potencial de solucionar problemas que afligem a sociedade, bem como melhor entender a interação das universidades com atores sociais diversos e seu papel na melhoria do bem-estar das comunidades.

O artigo se divide em quatro seções, além desta introdução. Na que se segue, será realizada uma revisão bibliográfica dos temas que circundam os temas da inovação social, focalizando nos papéis desenvolvidos pelas universidades nesse sentido. A terceira seção apresenta a metodologia do estudo de caso realizado, seguida pela seção de apresentação dos resultados. Por fim, são realizadas considerações finais acerca do tema.

2. Referencial teórico

Refere-se o termo “inovação social” à formulação de novos métodos para solucionar problemas sociais. Uma vez reconhecidas as necessidades dos atores de determinado território, e a partir do seu empoderamento, busca-se dar respostas para a promoção do seu bem-estar. Tais respostas configuram-se em inovações sociais (BIGNETTI, 2011; CUNHA; BENNEWORTH, 2013).

Nesse sentido, a interação entre os atores dá o tom às práticas de inovação social, no contexto em que gera ações de caráter coletivo, visando melhorias do bem-estar e a busca por ultrapassar algum obstáculo social. Assim, pode ser ressaltado que essa categoria de inovação não trata apenas do resultado, mas de todo o processo que a envolve e do conhecimento gerado a partir dela, o qual é capaz de gerar empoderamento e alterar estruturas de poder e de privilégio.

É relevante considerar que as necessidades que as inovações sociais buscam solucionar envolvem diversas dimensões, as quais, de acordo com Lin e Chen (2016), são relacionadas ao combate à pobreza, à geração de empregos, ao desenvolvimento de capacidades, ao encorajamento da participação dos indivíduos na mudança, e às alterações nos hábitos de consumo e de produção. Os autores entendem que as inovações sociais podem se tornar sustentáveis e bem-sucedidas na medida em que envolvem múltiplos atores, que dialogam e se comprometem, colocando também a liderança como fator chave.

Os aspectos ressaltados caracterizam, em grande medida, os processos de inovação social. É relevante, ainda, indicar que são identificadas diferentes linhas interpretativas sobre o tema, as quais serão brevemente sumariadas no que se segue.

¹ Vide <https://www1.ufrgs.br/sistemas/paineldaqualidade/ranking/rankings>

2.1 Correntes de pensamento acerca das inovações sociais

Shockley (2015) ressalta que existem atualmente duas correntes de pesquisa sobre inovação social. De um lado, encontra-se a literatura (posteriormente, Moulaert e MacCallum (2019) chamaram de “tradição”) euro-canadense de economia social, e, do outro, a literatura empresarial anglo-americana. Além disso, é importante considerar os trabalhos desenvolvidos por autores latino-americanos.

De acordo com a visão euro-canadense e seus representantes, existem três características que são genéricas e inter-relacionadas, as quais reconhecem e conectam diversas dimensões da vida humana, e criam uma ponte entre a descrição de práticas e o constructo teórico existente.

A primeira dimensão a ser apresentada se refere à satisfação de necessidades humanas. Moulaert *et al.* (2005) assinalam que, tendo em vista a relevância dos fatores temporais e locais, determinadas necessidades humanas deixam de ser enfrentadas por ser muito cedo ou muito tarde para concebê-las como importantes pelo Estado ou pelo mercado. A reconfiguração das relações sociais é a segunda característica apresentada. A mudança se dá nos mecanismos de governança e de participação de diferentes grupos da sociedade na busca pela mitigação das mazelas sociais. Finalmente, a terceira característica se liga ao empoderamento e à mobilização política. A elevação das capacitações sociopolíticas dos agentes pode alterar as relações de poder no contexto das inovações sociais e, segundo Moulaert (2009), as comunidades locais poderiam ter um maior controle e uma construção democrática de sua própria governança.

A formulação de práticas de inovação social passa ainda pelos temas da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade. Nicolescu (2014) esclarece que a primeira trata do compartilhamento de métodos entre disciplinas, estando no âmbito da pesquisa disciplinar; e a segunda se refere à extrapolação dos limites dessa modalidade de pesquisa, referindo-se a aspectos que estão dentro e fora das disciplinas, com o objetivo de compreender o mundo. Esses dois elementos dão o tom para a pesquisa e as ações ligadas à inovação social. É entendido que, para contribuir com o aprimoramento da qualidade de vida dos indivíduos presentes nas sociedades, não é suficiente o conhecimento presente em disciplinas isoladas (MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013). Novy, Habersack e Schaller (2013) esclarecem que a transdisciplinaridade se faz necessária quando existe um problema que envolve conceitos complexos, sendo necessárias múltiplas perspectivas e interesses. Os autores ainda frisam que projetos desse tipo acabam por ser ameaçados, uma vez que quase sempre representam parcerias temporárias. A pesquisa que se desenvolve no âmbito da inovação social é dedicada a gerar mudanças substantivas para as comunidades que afeta, devendo se nutrir do conhecimento que é produzido socialmente (MOULAERT; DYCK, 2013).

Já a tradição empresarial anglo-americana trata da inovação social como algo que ocorre em diversos setores, e tomadas como processos. Elas são entendidas como inovações que são sociais nos seus fins e nos seus meios (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010; PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008). Phills, Deiglmeier e Miller (2008) indicam que uma inovação social se materializa de diversas formas, podendo resultar em novos produtos, processos, tecnologias, princípios, ideias, legislações, movimentos sociais, intervenções, e até mesmo uma combinação entre duas ou mais formas. A inovação social tomada como uma forma de enfrentar desafios sociais é predominantemente prática, resultando não puramente de uma reflexão acadêmica, mas de “pessoas fazendo coisas de novas maneiras” (EUROPEAN COMMISSION, 2014, p. 10, tradução nossa).

O processo de inovação social, de acordo com Mulgan *et al.* (2007), tem como fator importante a interação entre os indivíduos, os movimentos sociais e as organizações. Os autores têm claro que as mudanças sociais dependem, fundamentalmente, de alianças criadas entre diversos atores, com foco no que eles chamam de “abelhas” (pequenas organizações, pessoas e grupos que detêm novas ideias) e as “árvores” (grandes organizações com poder e dinheiro para colocar em prática as novas ideias). Uma peculiaridade importante dessa literatura é a identificação de etapas² para a realização de inovações sociais. Não

² O primeiro estágio se refere às instruções, inspirações e diagnósticos, no qual é buscado compreender o problema social e a forma que ele foi desencadeado. Em um segundo momento, trata-se da formulação de propostas e ideias visando enfrentar o problema social identificado. O estágio seguinte trata dos protótipos e projetos pilotos, quando as ideias formuladas passam por uma fase de testes e refinamento a partir da prototipação. O quarto estágio se refere à sustentação da ideia, tornando-a usual. Em quinto lugar, foca-se a escala e a difusão, processo que é dependente da interação e modificação. O último estágio se preocupa

concebem, entretanto, que esses esforços sejam realizados a partir de um modelo linear de inovação, em que os resultados são linearmente proporcionais aos esforços realizados. Existem fortes componentes de *feedback* que tornam o processo mais parecido com múltiplas espirais, ao invés de uma linha.

Na América Latina, há também uma literatura sobre inovações sociais. O conceito de inovação social por vezes se aproxima com o que se denomina “tecnologia social”. Entretanto, não há consenso se são sinônimos. Essas tecnologias, que se vinculam com os atores e com o local em que são implementadas, podem ser tratadas como métodos, técnicas, e produtos que carregam uma lógica mais sustentável e solidária. Elas são desenvolvidas para contribuir com o processo de inclusão social, e construídas de forma participativa, buscando enfrentar problemas sociais (DAGNINO; BRANDAO; NOVAES, 2004; JESUS; COSTA, 2013).

A transformação social é o grande objetivo das referidas tecnologias. Deve-se ter claro que esse processo é, fundamentalmente, um processo político. As tecnologias sociais, ao partirem de um processo participativo, coletivo e democrático, acabam por gerar as mudanças através do rearranjo dos recursos por parte dos grupos sociais envolvidos (POZZEBON; TELLO-ROZAS; HECK, 2017).

Autores, como Medeiros *et al.* (2017), entendem as tecnologias sociais como ferramentas para a inovação social. Logo, destacam que ambas se referem à transformação social, mas a partir de diferentes perspectivas.

As tecnologias sociais são aplicadas com mais eficiência a comunidades e localidades (nível micro), e as inovações sociais correspondem a iniciativas implementadas em comunidades locais e que se expandem para regiões e nações (níveis micro, meso e macro). E é no nível macro que se pode analisar as transformações sociais, proporcionadas pela IS (MEDEIROS *et al.*, 2017, p. 969).

Os autores ressaltam que, para uma tecnologia social se traduzir em uma inovação social, ela deve ser efetivamente implementada. Isso significa que não basta que a tecnologia seja disponibilizada em determinado local, ela deve ser de fato utilizada pela coletividade ali presente. Isso faz com que os indivíduos alcançados por essa tecnologia compreendam o seu poder transformador, bem como a maneira que ela pode os empoderar (MEDEIROS *et al.*, 2017).

Baumgarten (2007, p. 291) esclarece que as tecnologias sociais são importantes instrumentos para a emancipação social, e fazem emergir “uma nova relação entre produção/acumulação/distribuição de renda”. Ligadas a demandas concretas de uma determinada sociedade, as tecnologias sociais são capazes de ser reaplicadas. Isso significa que elas podem ser difundidas, mas sendo expostas a adaptações, conforme o contexto em que passam a se inserir. A autora também indica que essas tecnologias contribuem para a construção do conhecimento, através das trocas de saberes de diversos campos e disciplinas.

2.2 Os papéis das universidades no contexto das inovações sociais

Levando em consideração a indicação na literatura citada de que diversos agentes participam da construção das soluções, investiga-se de que forma as instituições de ensino superior podem contribuir, nesse sentido. No passar dos séculos, as percepções sobre como as universidades devem se comportar no contexto em que se inserem foram avaliadas. Hoje, é entendido que essas instituições possuem três “missões”: o ensino, a pesquisa e a “terceira missão”.

Nesta direção, Bayuo, Chaminade e Göransson (2020) sublinham que as interações das universidades com a sociedade ocorrem no escopo das missões. No ensino, isso ocorre na medida em que os currículos adotam abordagens interdisciplinares e interativas, além de se adotar abordagens voltadas aos problemas da sociedade. Já a pesquisa pode ser realizada observando as necessidades que se encontram no espaço social. E a terceira missão concentra as iniciativas que envolvem a relação universidade-sociedade.

O ideal de existir uma “terceira missão” das universidades está ligado às crescentes demandas dos agentes externos, resultando em vasto número de atividades a serem desempenhadas, uma vez que esses agentes externos podem ser grupos sociais, empresas, organizações não governamentais, entre outros.

Montesinos *et al.* (2008) apontam que cada instituição deve encontrar um equilíbrio entre as três

com a mudança sistêmica. Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) deixam claro que esse estágio é alcançado quando um sistema fundamental que uma determinada sociedade depende é radicalmente transformado, com base em novos princípios e novos arranjos institucionais.

missões, não destinando todos os seus recursos para apenas um foco. As atividades serão desempenhadas levando em consideração o perfil socioeconômico em que cada instituição se localiza. Logo, as universidades não apresentarão um comportamento homogêneo em relação às suas missões: cada uma delas possui perfis institucionais, que são compatíveis com a realidade em que estão inseridas (MONTESINOS *et al.*, 2008; MORA; SERRA; VIEIRA, 2018).

Benneworth (2013) considera as contribuições das universidades para a sociedade como difusas e específicas. Além disso, Benneworth *et al.* (2013) ressaltam que existem grupos cujos interesses diferem – e, por vezes, competem – que influenciam as formas como serão exploradas as missões. Ainda é relevante considerar que as relações estabelecidas entre as universidades e os diversos agentes da sociedade também poderão diferir conforme a área de conhecimento que se leva em consideração (RAPINI; CALIARI; CHIARINI, 2020).

Lederer e Seasons (2005) notam que as parcerias que se desenvolvem entre as universidades e a sociedade em que se inserem podem variar de acordo com a escala dessas alianças e da própria estrutura organizacional que os elos possuem. A geração de relacionamentos do tipo colaborativo entre as universidades e os outros agentes se coloca como uma vantagem, uma vez que acabam por ajudar a identificar os problemas, além de pensar em soluções para eles. Dessa forma, as instituições de ensino superior devem ser palcos para que sejam discutidos os problemas da sociedade (DORSA, 2019).

O benefício gerado a partir das interações criadas entre as universidades e a sociedade deve ser mútuo e bidirecional: as duas pontas da relação devem contribuir para a troca de conhecimentos e de recursos, e para o estabelecimento de um ambiente de parceria e reciprocidade (GOURLEY, 2012; SCHUETZE, 2012). Vale considerar, entretanto, que quantificar a forma que essas interações geram benefícios para o desenvolvimento econômico e social não se apresenta como tarefa fácil, uma vez que algumas iniciativas não são captadas pelos indicadores disponíveis (ELLIOTT, 2013; ESKO; TUUNAINEN; MIETTINEN, 2012).

Mora, Serra e Vieira (2018) sublinham que a ideia de dispor os recursos disponíveis nas universidades, à serviço da comunidade, tem sido ofuscada, muitas vezes, pela busca por excelência em pesquisa, que pode ser desconectada das demandas da sociedade. Benneworth (2013) indica que um desafio posto para as universidades é o de demonstrar a sua relevância direta para os grupos sociais, esclarecendo que os benefícios para a sociedade não são restritos à graduação e pessoas e à geração de inovações tecnológicas. O autor apresenta as formas como as universidades podem interagir com a sociedade, através do seu engajamento com as comunidades. São elas: “universidade coloca instalações à disposição da comunidade”, “universidade executa pedidos feitos pela comunidade”, “universidade envolvida na análise das necessidades da comunidade”, “universidade analisa problemas a pedido da comunidade” e “universidade oferece uma solução em nome da comunidade” (BENNEWORTH, 2013, p. 22, tradução nossa)

Considerando essas formas de interação, o presente estudo elenca os papéis que as universidades podem exercer no contexto da sua terceira missão social:

- Papel de prover recursos para a comunidade: as universidades disponibilizam aos grupos sociais seus recursos físicos (laboratórios, equipamentos, instalações) e humanos (professores e alunos contribuindo ativamente);
- Papel de transmitir o conhecimento para comunidade: as universidades oferecem treinamentos ocupacionais, educação continuada, cursos e palestras para os agentes da sociedade;
- Papel de prestar serviços para a comunidade: os agentes da universidade oferecem serviços às comunidades, que podem ter sido explicitamente solicitados pela sociedade, estabelecendo contratos formais e/ou agindo como experts externos;
- Papel de prover soluções para os problemas da comunidade: a universidade tem autonomia e liberdade para oferecer respostas às necessidades que os grupos sociais apresentam, ainda que não tenham sido explicitamente solicitadas;
- Papel de agir em nome da comunidade: a universidade apresenta uma resposta para uma questão específica, em nome da sociedade.

Para o desempenho desses papéis e enfrentamento dos desafios, há troca de saberes entre as instituições de ensino superior e os grupos sociais envolvidos e diferentes formas de conhecimento são combinadas (interdisciplinaridade e transdisciplinaridade) (BENNEWORTH, 2013).

Entende-se que tais papéis viabilizam inovações sociais. Isso se dá na medida em que as universidades representam agentes importantes para a resolução de problemas sociais, fornecendo recursos e métodos para a promoção do bem-estar no contexto em que se inserem. Vínculos com a sociedade são criados e saberes de diversas disciplinas e de fora delas são levados em conta, buscando atender necessidades humanas e empoderar os agentes da sociedade. Dessa forma, as universidades ao exercerem seus papéis no contexto da sua terceira missão oportunizam a geração de inovações sociais.

2.3 Ações de extensão universitária como um caminho

Rodrigues *et al.* (2013) sublinham que uma modalidade relevante para a consolidação da relação universidade-sociedade é a extensão universitária. Isso porque visa efetivar o compromisso social das instituições de ensino superior e é capaz de gerar conhecimento para as duas pontas da relação universidade-sociedade, fortalecendo-a.

As ações ligadas à extensão universitária se manifestaram pela primeira vez no Brasil através da Universidade de São Paulo, em 1911, e da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, na década de 1920. Movimentos também foram realizados pela União Nacional dos Estudantes, nas décadas de 1950 e 1960. Em 1966, são criados o Projeto Rondon e o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária, exemplos de atividades que carregam esse sentido. É relevante a promulgação da lei número 5.540 de 1968, a chamada Lei Básica da Reforma Universitária, uma vez que ela indica que as universidades estenderão suas atividades para as comunidades. Em 1974, é criada a Coordenação das Atividades de Extensão, que produziu o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Já na aurora da redemocratização, as ideias de ensino, pesquisa e extensão foram reelaboradas, e é criado em 1987 o Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEXT). Em 1988, a Constituição estabelece como indissociáveis as atividades de ensino, pesquisa e extensão (FORPROEXT, 2012).

Desde a sua criação, a FORPROEXT busca desenvolver planos e programas para a extensão universitária. Em 2012, o Fórum definiu a Política Nacional de Extensão Universitária. Dentre os quinze objetivos apresentados no documento, destaca-se a ideia de que a extensão universitária pode contribuir para a solução de problemas que estão postos na realidade brasileira, estimulando a criação de relacionamentos entre as instituições de ensino superior e a sociedade, criando mecanismos para a ampliação e compartilhamento dos saberes, levando em consideração a cultura e o desenvolvimento sustentável (FORPROEXT, 2012).

Em 18 de dezembro de 2018, o Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação, estabeleceu as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira através da Resolução número 7/2018, bem como regimentou a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Estabeleceu-se que a extensão universitária é um

[...] processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018, p.2).

Essa regulamentação indica que a extensão deve gerar um diálogo com a sociedade, compartilhando saberes, de forma integrada aos currículos. O Artigo 4º estabelece que a extensão universitária deve representar, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação, em consonância com a Meta 12.7 supracitada. Sublinha-se que a resolução enfatiza a vinculação entre ensino, pesquisa e extensão, de forma a contribuir para uma formação do estudante como “cidadão crítico e responsável”.

No contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é observado que

A organização e execução das ações de extensão na UFRGS possuem a assessoria e o acompanhamento da Pró-Reitoria de Extensão, a PROREXT. Esta promove relações sociais e culturais com diferentes segmentos, compondo uma parte da grande tarefa educativa confiada à Universidade, a partir do processo formativo integral dos estudantes. No diálogo com a comunidade, busca subsídios que lhe permitam dar respostas aos anseios da

sociedade, reiterando o compromisso social da instituição, como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos de igualdade, desenvolvimento social e inclusão (UFRGS, 2020a).

É relatada a existência oito macro eixos no contexto das ações de extensão desenvolvidas na UFRGS, as quais são aliadas ao ensino e à pesquisa. Eles se apresentam nas seguintes áreas: educação (32,46% das ações desenvolvidas em 2019), saúde (26,70%), cultura (11%), tecnologia e produção (9,5%), direitos humanos e justiça (8,84%), meio ambiente (4,60%), comunicação (4,55%) e trabalho (2,30%) (UFRGS, 2020a). Ainda se ressalta a Resolução nº 75/2019, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRGS (2019), que classifica as ações de extensão como “programas”, “projetos”, “eventos” e “cursos”. Nesse sentido, buscou-se compreender se as ações de extensão desenvolvidas no contexto da UFRGS estabelecem relações com o tema das inovações sociais.

3. Metodologia

Desenvolveu-se uma *survey*, através da consulta a líderes de ações de extensão concebidas no contexto da UFRGS. Foi realizada a aplicação de um questionário estruturado, com auxílio de uma ferramenta eletrônica, 04 de janeiro de 2021 e 14 de janeiro de 2021. O questionário foi endereçado a 620 indivíduos, responsáveis por 912 Ações de Extensão da Universidade.

A seleção da amostra se deu a partir da consulta ao Catálogo de Ações de Extensão da UFRGS (UFRGS, 2020b). Esse catálogo apresenta 47 modalidades de ação. Dentre essas modalidades, selecionaram-se aquelas cujo “título” indica potencial relacionamento com agentes externos à Universidade. Optou-se, então, pelas ações incluídas nas modalidades “Ação Social e Comunitária”, “Assessoria e Atendimento”, ou “Consultoria”, realizadas entre 30 de maio de 2016 e 30 de maio de 2020. A aplicação do questionário se deu após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS (Sistema CEP/CONEP)³.

Cinquenta e nove líderes de ações responderam o questionário, não existindo mais de uma resposta por indivíduo. Esse valor representa 9,52% do total de indivíduos contatados, e 6,47% das ações de extensão selecionadas.

A formulação do questionário foi inspirada pela metodologia de dois trabalhos. Primeiramente, levou-se em consideração o trabalho de Kruss *et al.* (2012), responsável por mapear as formas adotadas pelas universidades sul-africanas para estabelecer interações com agentes extramuros. A segunda inspiração se relaciona à primeira fase empírica do *Projeto Social Innovation: Driving Force of Social Change* (SI-DRIVE), desenvolvido no contexto do Sétimo Programa-Quadro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Comunidade Europeia. Ele se debruçou sobre inovações sociais em nível micro, conceituadas como “uma implementação única e concreta de uma solução para responder às demandas sociais, desafios sociais ou mudança sistêmica” (KRÜGER *et al.*, 2018, p.8, tradução nossa).

As perguntas foram formuladas a partir de cinco dimensões-chave, que afetam o potencial dessas inovações, seu escopo e seu impacto:

- Descrição de conceitos e de entendimentos ligados ao tema das inovações sociais;
- Base e a direção das iniciativas para demandas sociais e desafios da sociedade;
- Análise dos recursos, capacidades e barreiras apresentadas para a implantação de práticas de inovação social, incluindo a construção de capacidades, o empoderamento dos agentes e seus conflitos;
- Incorporação da governança, das redes e dos atores;
- Diferentes fases do processo dinâmico de inovação social.

Considerou-se o Índice de Média Ponderada (IMP, Weighted Average Index - WAI no original), conforme a Equação 1, para a análise dos dados coletados:

³ Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 40392820.7.0000.5347. Aprovado em 22 de dezembro de 2020.

$$IMP = \frac{\sum_{i=1}^4 F_i W_i}{N} \quad (1)$$

Sendo F_i a frequência em que determinada resposta é escolhida, W_i um valor de 1 a 4, que corresponde à determinada resposta, e N o número total de respostas. Dessa forma, foi possível verificar de que forma as características mapeadas a partir do questionário estão presentes nas ações de extensão. O valor do IMP varia de 1 a 4, sendo igual a 1 quando todas as respostas para determinada alternativa foram “1 - De modo nenhum”, e 4 quando todas as respostas foram “4 - Em grande escala”. Assim, quanto maior o valor do índice, mais determinada característica se mostra presente no contexto das ações de extensão mapeadas.

4. Resultados

Os resultados obtidos a partir da aplicação da *survey* são sumariados no que se segue, segmentados entre a caracterização das ações e as suas relações com inovações sociais.

4.1 Caracterização das ações de extensão

As 59 ações coletadas se dividem da seguinte forma: 42 ações se enquadram como “projetos”, 16 como “programas” e uma como “evento”. Não foram identificadas ações tipificadas como “cursos”. Já no que tange às grandes áreas de conhecimento, o maior número de respostas é proveniente das Ciências da Saúde (16 ações), seguidas pelas Ciências Sociais Aplicadas (9 ações) e Ciências Humanas (9 ações). As outras ações se dividem entre as Ciências Agrárias (7 ações); Ciências Exatas e da Terra (6 ações); Engenharias (5 ações); Linguística, Letras e Artes (4 ações) e Ciências Biológicas (1 ação). Além disso, duas ações foram classificadas como “Outro”, ambas relatando a interdisciplinaridade.

No que se refere aos temas das ações de extensão, verificam-se que 24 ações enquadradas no tema Educação e/ou formação continuada. Além disso, foram relatadas ações enquadradas nos temas Saúde e seguridade social (9 ações), Meio ambiente e mudança climática (4 ações); Redução da pobreza e desenvolvimento sustentável (3 ações); Manifestações culturais (2 ações); Geração, manutenção e qualificação do emprego; ambiente de trabalho; empreendedorismo (2 ações); e Migração (1 ação).

Ademais, 14 ações relataram não fazer parte de nenhum dos enquadramentos temáticos sugeridos no questionário, citando os seguintes temas: prestação de serviços (2); saúde animal (1); direitos humanos e justiça/educação (1); esporte como inclusão social e desenvolvimento pessoal (1); gênero na ciência e tecnologia (1); direitos humanos e do trabalho (1); direitos humanos (1); desenvolvimento rural (1); educação para a saúde (1); assistência jurídica às populações vulneráveis (1); desenvolvimento regional (1); comunicação e artes visuais (1); racismo e relações raciais (1).

Também foram realizadas perguntas sobre os envolvidos em cada ação de extensão. Os líderes de todas as ações mapeadas relatam possuir docentes envolvidos. Além disso, 53 possuem envolvimento de alunos da graduação, e 38 de alunos da pós-graduação. Somado a isso, 40 ações relatam possuir ligação formal com membros da sociedade civil – não explicitando se esses membros atuam como público alvo ou diretamente na construção das ações. O número de indivíduos da sociedade participantes por ação varia de forma considerável – das 30 ações que responderam de maneira exata, treze possuem ligação com até 10 pessoas da sociedade; cinco possuem entre 11 e 50 agentes da sociedade envolvidos; quatro possuem entre 51 e 100; seis possuem entre 101 e 500; uma possui 1000; e uma possui 2000 membros da sociedade civil envolvidos. Por fim, cabe pontuar que apenas 12 ações relataram envolver membros do governo.

Das ações mapeadas, 28 são relacionadas tanto a atividades de pesquisa, como de ensino. Dez vinculam-se apenas à primeira, e nove apenas à segunda. Além disso, doze dos respondentes afirmaram não existir um vínculo direto com ensino e pesquisa por parte da ação.

Para que uma ação de extensão seja colocada em prática, ela deve dispor de recursos – sejam eles financeiros, físicos ou humanos. Também é reconhecido que existem obstáculos que dificultam o desenvolvimento dessas ações.

Tratando dos recursos financeiros, 22 das 59 ações mapeadas não contam com nenhuma forma de financiamento. Para as demais ações, as principais fontes de financiamento são provenientes do retorno

financeiro dos próprios produtos e serviços desenvolvidos, e de agências de fomento nacionais. A filantropia e doações são as terceiras maiores fontes. As menores fontes de financiamento são as agências de fomento regional e o financiamento de empresas públicas e privadas. Ainda que existam fontes de financiamento, os líderes relatam que são disponibilizadas, majoritariamente, em pequena escala.

Sobre recursos físicos e humanos, os respondentes relataram que contam, com maior frequência, com materiais acadêmicos que são adequados para a realização de pesquisas sobre os temas envolvidos na ação. O apoio de alunos da graduação também se coloca como um importante recurso, com 53 dos líderes relatando que isso ocorre eventualmente ou muito frequentemente. Como já ressaltado na caracterização das ações, os docentes também estão envolvidos em todas as ações, mas esse envolvimento se dá em menor escala quando comparado aos alunos de graduação. Dentre as opções apresentadas, os recursos disponíveis em menor escala são as instalações, computadores e softwares, seguidos pelo envolvimento com alunos da pós-graduação, que não ocorre de modo nenhum em 13 das 59 ações.

Todas as ações relataram enfrentar algum obstáculo, em maior ou menor medida. Das opções mapeadas, os líderes ressaltam que a principal barreira para o desenvolvimento das ações de extensão é a falta de financiamento. 49 ações relatam que esse fator é, em alguma escala, um obstáculo. O segundo maior obstáculo, segundo os respondentes, é a burocracia que envolve a ação. Também é relatada existência de um número insuficiente de participantes da universidade, e de fora dela.

A assimetria de informações também se apresenta como uma barreira para 30 dos respondentes. A falta de compromisso de agentes de fora da universidade e a falta de clareza acerca do problema social são barreiras de escala reduzida. Já os menores obstáculos são as restrições legais e a falta de compromisso por parte dos agentes da universidade e problemas de oposição política.

4.2 Extensão universitária e inovações sociais: é possível estabelecer uma ponte entre os dois temas?

Buscou-se identificar características ligadas aos conceitos tratados na literatura acerca das inovações sociais, no contexto das ações de extensão. Nesse sentido, três pontos foram notados em todas as ações, em maior ou menor escala. Primeiro, os líderes de todas as ações mapeadas relatam fazer uso de conhecimentos presentes em múltiplas disciplinas, sendo que isso ocorre de modo eventual ou muito frequentemente em 55 ações. Segundo, as 59 ações mapeadas também estabelecem um relacionamento com a sociedade, sendo que 38 relatam que essa característica é identificada muito frequentemente. Terceiro, todas as ações também buscam, em alguma medida, atender necessidades humanas – são várias as necessidades citadas nos objetivos das ações, relacionadas com questões jurídicas, de educação, de saúde humana, saúde animal, entre outras. Os índices de média ponderada desses três aspectos se aproximam de quatro, indicando que essas características – que se ligam fortemente ao tema das inovações sociais – estão presentes no desenvolvimento das ações de extensão mapeadas.

A transdisciplinaridade também se coloca como uma característica marcante, uma vez que 55 das 59 ações relatam sua presença em menor ou maior escala. Além disso, a busca por empoderar os agentes da coletividade é relatada em 54 ações, tendo sua ocorrência relatada em 44 ocasiões como eventualmente ou muito frequentemente.

Também vale frisar que há a intenção de gerar inovações, no contexto dessas ações. O desenvolvimento de novas práticas e processos ocorre em 57 ações, com 25 relatando que isso ocorre muito frequentemente. A criação de novos serviços ou produtos, e de novas normas e regulações apresentam o mesmo índice (IMP = 3,12). Entretanto, a primeira ocorre em 54 casos, na medida em que a segunda ocorre em 48 casos.

As inovações sociais são desenvolvidas para dar respostas aos desafios e necessidades que estão presentes na sociedade ou em determinadas coletividades. Nesse sentido, buscou-se aprofundar de que forma as ações de extensão se relacionam com essas necessidades, em uma tentativa de compreender como as demandas são identificadas, e se há intenção explícita em alterar a realidade de grupos específicos e/ou da sociedade.

Investigou-se como se dá a relação da Ação com as necessidades da sociedade. Levando em consideração também o alcance das iniciativas. 55 dos 59 líderes de ações de extensão relataram que, em

alguma medida, suas atividades respondem às necessidades de grupos específicos da sociedade, na medida em que 53 relataram intentar alterar algum sistema na sociedade – como economia, educação, política, etc. Aponta-se que 56 líderes relataram que a Ação se desenvolve, em alguma medida, em função de uma demanda apresentada pela sociedade de maneira explícita, mas apenas 25 relatam que isso ocorre em grande escala.

De maneira geral, a universidade busca realizar os contatos com a sociedade, sendo buscada em menor proporção. Isso é demonstrado pela diferença entre os índices: ao se mapear se os agentes da universidade procuram os agentes da sociedade para o desenvolvimento da ação, é obtido um índice de 3,10, sendo frisado que em 27 ações essa característica ocorre em grande medida. Já a alternativa que questiona se os agentes da sociedade procuram os agentes da universidade obteve um IMP de 2,73, com 19 respondentes indicando que isso ocorre em grande medida.

A formação de redes entre diversos agentes – com ênfase nos que fazem parte da academia – é fundamental para o desenvolvimento de inovações com objetivos sociais. Portanto, buscou-se compreender com quais agentes o elo “universidade” interage para o desenvolvimento das ações de extensão.

Em todas as ações de extensão mapeadas há, em alguma medida, vínculos com atores externos. Sublinha-se que, dos 59 líderes que responderam a pesquisa, apenas três relatam que as ações não possuem vínculos com a sociedade civil/comunidade, sendo que 35 das ações relatam que essa interação ocorre muito frequentemente. Entidades locais específicas e movimentos sociais figuram entre os atores com grandes interações. As ações mapeadas indicam, portanto, que a relação universidade-sociedade pode estar sendo fortalecida através da extensão universitária. Dá-se ênfase, ainda, para as interações estabelecidas com outras universidades brasileiras, bem como com outras instituições de ensino. Em contrapartida, é importante ressaltar uma interação relativamente menor das ações de extensão com empresas públicas e privadas.

Investigou-se também a partir de quais mecanismos as parcerias entre o grupo e a sociedade se materializam. O principal mecanismo de interação relatado pelos líderes foi a “provisão de serviços”, seguida pelas opções “ensino para cidadãos da comunidade” e “projetos de compartilhamento de conhecimento com a comunidade”. O monitoramento e a avaliação das necessidades sociais ocorreram eventualmente ou muito frequentemente em 32 ocasiões. Os projetos e as pesquisas colaborativas, co-criadas com a comunidade, estiveram presentes, em alguma medida, em 42 ações, na medida em que as pesquisas realizadas sobre a sociedade, com o feedback, dela foram relatadas por 45 ações.

Buscou-se ainda mapear se existe a troca de conhecimentos entre os membros externos e a Universidade. Identificou-se que, para 55 dos respondentes, as duas pontas da relação são relevantes para ampliar o conhecimento, em alguma medida. Além disso, 52 líderes afirmam que as duas pontas da relação contribuem de maneira equilibrada para o desenvolvimento da ação. Na percepção dos líderes, os agentes da sociedade parecem se sentir incluídos no atendimento das suas necessidades na maioria dos casos, e os agentes da Universidade demonstram se sentir relevantes em todos.

Também se pretendeu detectar se os papéis descritos anteriormente se instituem a partir das ações levadas a cabo. 21 líderes indicaram realizar, em alguma medida, todos os papéis listados.

Assim, no que tange aos possíveis papéis da universidade no âmbito de sua terceira missão, tem-se os seguintes indicativos:

- Papel de prover recursos para a comunidade: 54 ações colocaram seus equipamentos, laboratórios e instalações a serviço da comunidade, e apenas duas das ações não colocaram professores e estudantes para contribuir de maneira direta com a comunidade. Isso foi observado em ações que contribuem para o fomento da pesquisa em outros níveis de ensino, e que avaliam a saúde e questões laborais de comunidades em situação de vulnerabilidade social, por exemplo;
- Papel de transmitir o conhecimento para comunidade: em 48 casos a Universidade ofereceu formação continuada e cultura para a comunidade. Também foi oferecido treinamento profissional para a comunidade em 45 ações. Pode-se exemplificar a partir de ações que buscam capacitar a sociedade no que se refere aos recursos hídricos, contribuir com a educação sobre saúde no Ensino Fundamental, e contribuir com a execução de um plano de nutrição na comunidade escolar;
- Papel de prestar serviços para a comunidade: a Universidade estabeleceu um contrato formal com

a sociedade em 37 casos, e agiu como um expert externo em 44 ações. São notadas ações que contribuem para a execução de atendimento odontológico veterinário, bem como a prestação de assistência jurídica para a comunidade e o assessoramento de rede de enfermagem no âmbito estadual;

- Papel de provedor soluções para os problemas da comunidade: em 47 ações, a Universidade ofereceu serviços para a comunidade que foram explicitamente solicitados e se envolveu no desenvolvimento de soluções, a pedido da comunidade, tendo autonomia e liberdade para fazer sugestões em 49 das ações. Por exemplo, existem ações que avaliam o impacto de obras na incidência de um evento climático, que contribuem para o atendimento pacientes com urgência odontológica e com problemas no uso de medicamentos;
- Papel de agir em nome da comunidade: as ações de extensão desenvolvidas ofereceram soluções em nome da comunidade em 36 das 59 ações mapeadas. Ressalta-se, como exemplo, a indicação de medidas voltadas para a redução de impactos de um evento climático, e o manejo de animais e avaliação da qualidade de seus produtos.

A literatura acerca da inovação social ligada à tradição empresarial anglo-americana indica que existem etapas pelas quais o processo de inovação social pode passar. Nesse sentido, buscou-se identificar se as ações de extensão enfrentaram essas etapas. É importante ter em mente que, no momento em que foram coletadas as informações das ações, algumas já se encontravam como finalizadas, enquanto outras ainda estavam em andamento.

A etapa de formulação de propostas e ideias foi enfrentada por 57 ações, sendo que 56 relatos indicam que isso ocorreu muito frequentemente ou eventualmente, com seu índice de média ponderada indicando que essa característica é marcante nas ações. A etapa de identificação da necessidade social também foi enfrentada por 57 ações de extensão dentre as 59 mapeadas, mas seu índice de média ponderada indica que sua frequência foi inferior à etapa anteriormente citada. A continuidade das ações, que se dá através de sua sustentação, esteve presente em 55 relatos, com 25 deles indicando que isso ocorreu com muita frequência.

A prototipação e a criação de projetos pilotos, momento em que as ideias são testadas, estiveram presente em 54 ações, sendo que 16 relatam que sua ocorrência se deu raramente. Em 50 ocasiões, foi relatada a existência de potencial para a ação se estender a outros grupos da sociedade, através da etapa de escalonamento e difusão, mas que isso em 20 relatos isso se ocorre em pequena escala. Por fim, a etapa menos relatada foi a de mudança sistêmica, presente em 46 ações, sendo que 20 se dão raramente. Além disso, 42 ações afirmam ter enfrentado, em alguma medida, todas as etapas listadas.

Por fim, foram mapeados os resultados já identificados a partir da ação. Todas as ações relatam ter obtido resultados. É ressaltado que, em primeiro lugar, constam os benefícios para a comunidade diretamente envolvida com o projeto, seguida de benefícios para a sociedade em geral, sendo que as 59 ações indicam que isso ocorreu, em alguma medida. Os objetivos das ações indicam que esses benefícios podem se materializar, por exemplo, através de atividades que promovam melhorias na saúde de grupos específicos da sociedade, do aprimoramento e troca de saberes em propriedades rurais, e da inclusão de indivíduos em situação de vulnerabilidade. Novos conhecimentos também foram gerados, bem como trabalhos acadêmicos, e avanço na ciência. Identifica-se, ainda, a existência de fortalecimento da cultura local, novos produtos e processos e indicações de políticas públicas.

5. Considerações finais

Este trabalho teve como tema de estudo a interação das universidades com atores sociais diversos e a emergência de inovações sociais a partir destas parcerias. Para explorar essa temática as ações de extensão no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foram alvo de análise. Isso porque, no Brasil, a interação entre sociedade e universidades se viabiliza fortemente através da extensão universitária. Essa se coloca como uma ferramenta para efetivar o compromisso que as instituições de ensino superior têm com a sociedade, socializando o conhecimento que é construído no seu interior, e cumprindo a sua terceira missão.

A partir da *survey* realizada, verificou-se que, na UFRGS, a extensão universitária abre justamente espaço para o relacionamento da instituição com diferentes segmentos, dialogando com a comunidade e buscando solução aos seus problemas sociais.

O conjunto de respostas obtido indica que a instrumentalização da extensão universitária se dá, principalmente, através da provisão de serviços, das práticas de ensino para a comunidade, e do compartilhamento e construção de saberes em conjunto com a comunidade. Do mesmo modo, é sublinhado que essas ações fazem uso de conhecimentos presentes em múltiplas disciplinas, além de conhecimentos de fora da comunidade acadêmica. As respostas coletadas indicam ainda que atividades desenvolvidas na universidade são compatíveis com os papéis propostos para o cumprimento da sua terceira missão. Majoritariamente, identificam-se atividades ligadas aos papéis de provisão de recursos e de soluções para a comunidade envolvida no projeto

Nota-se que as ações mapeadas demonstraram existir a busca por dar respostas para as necessidades que estão postas pela sociedade, em geral no que se refere às comunidades específicas. No entanto, se por um lado identifica-se essa intenção em gerar benefícios para a sociedade e empoderar os atores sociais; por outro, é percebido que as ações se dão mais para a sociedade, do que construídas com ela. Isso é um indicativo que a universidade oferta soluções de maneira mais intensa do que as constrói com a coletividade envolvida, ainda que as duas pontas da relação universidade-sociedade sejam muito frequentemente consideradas como relevantes para a ampliação do conhecimento acerca do problema social.

Por fim, conclui-se que ações de extensão são responsáveis por aproximar as instituições de ensino e a sociedade, abrindo espaço para que sejam construídas novas soluções para os problemas presentes na coletividade. Portanto, as ações de extensão universitária devem ser estimuladas, de forma a fortalecer as interações que delas se originam e transpor as barreiras para a sua execução, criando sistemas de incentivo que visem estimular os agentes a se voltarem para a atividade.

Finalmente, vale sublinhar que outros estudos empíricos precisam ser realizados para que novos elementos e evidências sejam construídas sobre o papel das universidades na formulação e concretização de inovações de caráter social.

Referências bibliográficas

- BAUMGARTEN, M. C&T na semiperiferia e inovação social: desigualdades, excelência e competitividade. **Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social**, UNESCO e IBICT, Brasília, 2007., 2007.
- BAYUO, B. B.; CHAMINADE, C.; GÖRANSSON, B. Unpacking the role of universities in the emergence, development and impact of social innovations – A systematic review of the literature. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 155, n. March, p. 120030, 2020.
- BENNEWORTH, P. University engagement with socially excluded communities. In: BENNEWORTH, P. (Ed.). **University Engagement with Socially Excluded Communities**. Enschede: Springer, 2013. p. 3–31.
- BENNEWORTH, P. *et al.* The relationship of community engagement with universities' core missions. In: BENNEWORTH, P. (Ed.). **University Engagement with Socially Excluded Communities**. Enschede: Springer, 2013. p. 85–101.
- BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3–14, 2011.
- BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 09 abr. 2021.
- CUNHA, J.; BENNEWORTH, P. Universities' contributions to social innovation: towards a theoretical

framework. 2013. In: EURA Conference, 2013, Enschede. **Anais [...]**. Enschede: EURA Conference, 2010.

DAGNINO, R.; BRANDAO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JÚNIOR., A. E. *et al.* (Ed.). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15–64.

DORSA, A. C. Repensando o papel das universidades: caminhos iniciais. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, n. 2, p. 341–343, 2019.

ELLIOTT, G. Character and impact of social innovation in higher education. **International Journal of Continuing Education and Lifelong Learning**, v. 5, n. 2, p. 71–84, 2013.

ESKO, T.; TUUNAINEN, J.; MIETTINEN, R. Social impact and forms of interaction between university research and society in humanities and social sciences. **International Journal of Contemporary Sociology**, v. 49, n. 1, p. 17–46, 2012.

EUROPEAN COMMISSION. **Social innovation theory and research**: A summary of the findings from TEPSIE. a deliverable of the project: “the theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in europe” (TEPSIE). Brussels: (TEPSIE), European Commission–7th Framework Programme, 2014.

FORPROEXT. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.

GODIN, B. Social innovation: Utopias of innovation from c. 1830 to the present. Project on the Intellectual History of Innovation, **Working Paper**, n. 11, 2012.

GOURLEY, B. M. Higher education as a force for societal change in the twenty-first century. In: LYONS, A.; MCILRATH, L. M.; MUNCK, R. (Ed.). **Higher Education and Civic Engagement**. New York: Springer, 2012. p. 31–39.

JESUS, V. M. B.; COSTA, A. B. Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. In: COSTA, A. B. (Ed.). **Tecnologia social políticas públicas**. Campinas: Fundação Banco do Brasil, 2013. p. 17–32.

KRÜGER, D. *et al.* Methodology: Guidelines for Defining and Describing Social Innovations. **Sozialforschungsstelle**, Dortmund, 2018.

KRUSS, G. *et al.* **Academic interaction with social partners to economic and social development**. Cape Town: HSRC Press, 2012.

LEDERER, J.; SEASONS, M. Understanding the university-community alliance: The Waterloo experience. **Canadian Journal of Urban Research**, p. 237–260, 2005.

LIN, C. Y.-Y.; CHEN, J. **The Impact of Societal and Social Innovation**. Singapore: Springer, 2016.

MEDEIROS, C. B. *et al.* Inovação social além da tecnologia social: constructos em discussão. **Race: revista de administração, contabilidade e economia**, v. 16, n. 3, p. 957–982, 2017.

MONTESINOS, P. *et al.* Third mission ranking for world class universities: Beyond teaching and research. **Higher Education in Europe**, v. 33, n. 2–3, p. 259–271, 2008.

MORA, J.-G.; SERRA, M.; VIEIRA, M. J. O engajamento social como motor do desenvolvimento regional: contribuição das universidades latino-americanas. In: SERRA, M.; ROLIM, C.; BASTOS, A. P. (Eds.). **Universidades e Desenvolvimento Regional: As Bases para a Inovação Competitiva**. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p. 123–154.

MOULAERT, F. *et al.* Towards Alternative Model(s) of Local Innovation. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 1969–1990, 2005.

MOULAERT, F. Social Innovation: Institutionally Embedded, Territorially (Re)Produced. In:

MACCALLUM, D. *et al.* (Eds.). **Social Innovation and Territorial Development**. England: Ashgate, 2009. p. 11–24.

MOULAERT, F.; DYCK, B. VAN. Framing social innovation research: a sociology of knowledge perspective. In: MOULAERT, F. *et al.* (Eds.). **The International Handbook of Social Innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 466–480.

MOULAERT, F.; MACCALLUM, D. **Advanced introduction to social innovation**. Cheltenham: Edward Elgar, 2019.

MOULAERT, F.; MACCALLUM, D.; HILLIER, J. Social innovation: intuition, precept, concept, theory and practice. In: MOULAERT, F. *et al.* (Eds.). **The International Handbook of Social Innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 13–24.

MULGAN, G. *et al.* **Social Innovation**. Bristol: Bristol University Press, 2007.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. **The Open Book of Social Innovation**. London: National endowment for science, technology and the art, 2010.

NICOLESCU, B. Multidisciplinarity, Interdisciplinarity, Indisciplinarity, and Transdisciplinarity: Similarities and Differences 1. **RCC Perspectives**, n. 2, p. 61–68, 2014.

NOVY, A.; HABERSACK, S.; SCHALLER, B. Innovative forms of knowledge production: transdisciplinarity and knowledge alliances. In: MOULAERT, F. *et al.* (Eds.). **The International Handbook of Social Innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 430–441.

PHILLS, J.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. Rediscovering Social Innovation. **Stanford Social Innovation Review**, v. 6, n. 4, p. 34–43, 2008.

POZZEBON, M.; TELLO-ROZAS, S.; HECK, I. The transformative paths of social technologies: influences back and forth between quebec and south america. p. 18–20, 2017. In: Conferencia Regional de ISTR para América Latina y el Caribe, 11., 2017, Quito. **Anais [...]**. Quito: Conferencia Regional de ISTR para América Latina y el Caribe, 2017.

RAPINI, M. S.; CALIARI, T.; CHIARINI, T. Geração de conhecimento e pesquisa na área de humanidades no brasil no período recente: o que indicadores tradicionais de CT&I mostram. 2020. In: Encontro Nacional de Economia, 48., 2020, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Encontro Nacional de Economia, 2020

RODRIGUES, L. L. *et al.* CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. 2, p. 141–148, 2013.

SCHUETZE, H. G. Universities and their communities—Engagement and service as primary mission. In: LYONS, A.; MCILRATH, L. M.; MUNCK, R. (Ed.). **Higher Education and Civic Engagement**. New York: Springer, 2012. p. 61–77.

SHOKLEY, G. The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research, edited by Frank Moulaert, Diana MacCallum, Abid Mehmood, annovyd Abdelillah Hamdouch. 2013. Cheltenham, UK and Northampton, Massachusetts: Edward Elgar. 500+ xxii. ISBN: 978-1-84980-998-6, 216p. **Journal of Regional Science**, v. 55, n. 1, p. 150–152, 2015.

TORLIG, E. G. DA S.; RESENDE JUNIOR, P. C. Uma discussão sobre o papel das universidades nos ecossistemas de inovação. 2018. In: Tourism & Management Studies Conference, 2018, Algarve. **Anais [...]**. Algarve: Tourism & Management Studies Conference, 2018.

UFRGS. **RESOLUÇÃO Nº 75/2019 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRGS – CEPE**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cepe/resolucao-no-75-2019-de-04-12-2019>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UFRGS. **UFRGS em números**. Disponível em:

<https://www1.ufrgs.br/paineldedados/ufrgs_numeros.html#Extensao>. Acesso em: 9 dez. 2020a.

UFRGS. **Catálogo de Ações de Extensão**. Disponível em:

<<https://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/catalogo.php>>. Acesso em: 30 maio. 2020b.

ZUCOLOTO, G. F.; RESPONDOVESK, W. Inovação com impacto social: afinal, do que falamos?

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n. Radar nº 57, p. 13–17, 2018.